

ATA NÚMERO 18
SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

Aos 30 dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, reuniu, em sessão ordinária pelas 20.30 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores: Dr. Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Manuel Antunes de Magalhães e Prof. António Bastos Teixeira, que substituiu a Dra. Olga Samões, respetivamente, Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dr. Abel Coelho, Dra. Octávia Clemente, Dr. Hélder Ferreira, senhor Carlos Pereira, Dr. José Luís Gaspar Jorge, Dr. António Araújo e Eng. Carlos Carvalho respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Cunha, Ercília Gonçalves Costa, Amélia Oliveira, **Sónia Raquel Ferraz Bastos** Luís Rua Van Zeller de Macedo, Avelino Teixeira Carmo, Henrique Baptista, Olívia da Conceição Carvalho, **Jorge Daniel Bessa Pinto**. Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Carlos Marques Silva Macedo, Manuel Basto Carvalho, Manuel Antunes de Magalhães, Cristina Lucinda Teixeira, Carla Babo, Joaquim Cândido Leite Moreira, **Manuel Teixeira Pinheiro**, Carlos Manuel Azevedo Pereira, Fernando Silva Soares Carneiro, Sara Maia, Maria Rosa Castro Estebaíña, Vítor Briga Rei, Marco Carneiro, António Alcino Norte Simões, Pedro Varejão Reis, Gabriel Teixeira, Raquel Canito, José Augusto Silva, Hélder Justino Barros, Fernando Carlos Cerqueira, Luís Manuel Valente Teixeira, Adriano Santos, Susana de Fátima Mesquita Ribeiro, Manuel Cândido Mendes Costa, Luís Teixeira Ricardo, **Hernâni Carneiro**, António Duarte, Ana Rita Batista e Maria de Fátima Peixoto.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Artur Correia
ABOADELA – António Joaquim R. Gonçalves
ABOIM – Manuel Agostinho F. Moura
ANSIÃES – Armando Batista Carvalho
ATAÍDE – Lino Manuel S. Macedo
BUSTELO – Carlos Alberto Pereira Gomes
CANADELO – António Dias Vitória

CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
CARNEIRO – Joaquim Briga
CARVALHO DE REI – Ilídio Pinto
CEPELOS – Américo Paulo S. Ribeiro
CHAPA - António Cândido Alves Pinheiro
FIGUEIRÓ (St^a Cristina) – Fernando Teixeira Mendes
FIGUEIRÓ – Daniel Pinheiro
FREGIM – Joaquim Ribeiro Sousa e Castro
FREIXO DE BAIXO – Alfredo Carvalho
FREIXO DE CIMA – Abílio Neves
GATÃO - Joaquim Augusto Pinto Coelho
FRIDÃO – José Joaquim Magalhães Teixeira
GONDAR – António Bastos Teixeira
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Manuel Pinheiro
LOMBA –Paulo Vasconcelos, substituído por José Sidónio O. Fonseca
LOUREDO – Carlos Magalhães
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães
MADALENA – António Pinheiro, substituído por Natália Mafalda
Oliveira
MANCELOS – Carlos César Carvalho
OLIVEIRA - Vítor Hugo Rocha Vieira
OLO – Manuel António Leite Ribeiro,
PADRONELO – Luís Silva
REAL – José Augusto Sousa Oliveira
REBORDELO – José Meireles Machado,
SALVADOR – António Gomes Pinheiro
SANCHE – Henrique Monteiro
TELÕES – Domingos Teixeira Pinheiro
TRAVANCA – Fernando Cunha
VARZEA – Abílio Sampaio
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ – Rui Coelho
VILA GARCIA – Não esteve presente

Feita a chamada e verificada a existência de Quórum foi dado início aos trabalhos com a leitura da correspondência recebida até esta data. Passou-se de imediato ao:

PERIODO DA ORDEM DO DIA

Neste período da Assembleia Municipal, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

DR. VITOR BRIGA REI – PSD

No uso da palavra, o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“No rescaldo da reorganização administrativa que veio prejudicar gravemente o nosso concelho não podemos deixar de ficar surpreendidos com o atrevimento do senhor Presidente da Câmara Municipal:

Veio o senhor Presidente dizer que “O PSD caiu no ridículo (...) o PSD não fez absolutamente nada”! Nada mais falso!

Foi o PSD quem apresentou uma proposta nesta Assembleia Municipal, já há cerca de um ano atrás, de criação de um grupo de trabalho para discussão e preparação de uma eventual proposta de reorganização administrativa com pés e cabeça, proposta essa que foi chumbada pelo Partido Socialista!

Foi o PSD quem apresentou uma proposta no executivo municipal e que foi chumbada pela maioria do PS!

Não obstante o chumbo da proposta no executivo, foi o PSD quem apresentou uma proposta de agendamento de uma Assembleia Municipal Extraordinária para, com base nas deliberações das Assembleias de Freguesia, se elaborar um mapa que minimizasse os prejuízos desta lei para o município. Não havia memória de alguma vez uma proposta nem sequer ter sido admitida a discussão no âmbito da Assembleia Municipal. Mas o Partido Socialista fê-lo, votou contra a admissão de uma proposta que apenas propunha o agendamento de uma Assembleia Municipal Extraordinária.

Foi o PSD quem organizou sessões de esclarecimento e debate acerca da Proposta de Lei da Reorganização Administrativa, para onde foram convidadas todas as forças políticas do concelho e alguns dos responsáveis por essa proposta a nível nacional.

Foi o senhor Presidente da Câmara (e o Partido Socialista) quem disse que as Assembleias de Freguesia deveriam ser ouvidas nesta questão, desrespeitando depois, grosseiramente, essas pronúncias rejeitando a discussão da proposta do PSD.

Agora já não adianta chorar sobre o leite derramado, mas o PSD avisou várias vezes: Pelo facto de a Assembleia Municipal de Amarante não ter emitido nenhuma pronúncia, nem sequer uma desconforme com a Lei, a proposta da Unidade Técnica foi enviada diretamente dali para a Assembleia da República.

Senhores Presidentes de Junta, senhores Munícipes, o PSD avisou! Quando quiserem assacar a responsabilidade pela situação em que Amarante ficou, dirijam-se ao Partido Socialista:

- Foi o Partido Socialista quem se comprometeu com a Reorganização Administrativa no âmbito do memorando de entendimento;
- Foi o Partido Socialista de Amarante que, a reboque da conveniência de uma Associação Nacional de Freguesias, deixou o interesse das freguesias do nosso município para segundo plano;
- Foi o Partido Socialista que sempre se recusou a colaborar na elaboração de um mapa autárquico que minimizasse os impactos da Lei.

É por isso que não podemos aceitar que o Partido Socialista de Amarante venha dizer, pela voz do seu Presidente da Câmara, que o PSD nada fez.

É tempo de os agentes políticos assumirem as suas responsabilidades. E o Partido Socialista de Amarante, para ser levado a sério, terá de assumir a inteira responsabilidade pelo mapa autárquico que foi desenhado para Amarante”.

DRA. RITA BATISTA – PSD

No uso da palavra, a senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“O nosso município tem neste momento um órgão consultivo para políticas de juventude, o conselho municipal da juventude, que já reuniu duas vezes, e como novidade que é importa fazer-lhe uma referência.

O conselho municipal da juventude tem como fim colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude, e traçar as suas linhas de orientação geral.

Esta é uma ambição antiga da JSD, e congratulamo-nos por apesar de tarde, agora acontecer.

A Juventude Social Democrata de Amarante na última reunião do CMJ propôs algumas medidas no âmbito do empreendedorismo, educação, saúde e cidadania.

Tivemos em linha de conta que estas não tivessem um impacto financeiro significativo, pois sabíamos que poderiam haver constrangimentos temporais em as inserir no orçamento para 2013, e também porque estamos cientes das dificuldades que o país atravessa.

A JSD foi a única juventude político partidária que apresentou propostas no conselho municipal da juventude, porque ao contrário do que se diz, somos a voz dos jovens dentro e fora do partido.

Ouvimos todos muitas vezes dizer que eles fazem mal, ou eles não fazem nada.

Eles, os outros... mas não podemos deixar para os outros, não esperemos dos outros, não critiquemos os outros, porque não nos podemos esquecer que nós somos os outros dos outros... e tudo faremos para que este seja um espaço de debate e reflexão, para que os jovens amarantinos e todos nós ganhemos com isso”.

ENG. LUÍS VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra, o senhor deputado fez uma intervenção relacionada com a comemoração dos 372 anos sobre a data histórica da Restauração de Portugal ocorrida em 1640. Foi nessa altura posto fim ao domínio dos Filipes, sendo aclamado o até então Duque de Bragança, Rei de Portugal, com o nome de D. João IV. Iniciou-se com ele a terceira dinastia dos Reis de Portugal e de Bragança, que só cairia quando se deu a implantação da República que pôs fim ao regime monárquico. Pretende com isto evocar a data de 1 de dezembro de 1640, e com ele a de alguns amarantinos, com origem nesta terra, em que cada um à sua maneira contribuíram desde a primeira hora para a restauração da independência de Portugal. Foram eles o Dr. João Pinto Ribeiro e o Dr. António de Sousa Macedo. O primeiro foi à época Mordomo do Duque de Bragança. O segundo, nasceu no Porto pela simples razão do seu pai, o Dr. Gonçalo de Sousa Macedo ser na altura

Desembargador da Relação. Continuou a sua intervenção dizendo ainda que "segundo as palavras do Padre Francisco Carvalho, capelão do General Silveira, o Dr. António Macedo, "prestou grandes serviços ao depois daquela feliz e gloriosa Aclamação ao Soberano e à Pátria, em Inglaterra e na Holanda. Foi ele próprio quem comandou a embaixada que D. João IV enviou a Inglaterra, tendo mais tarde sido embaixador na Holanda. Cursou direito em Coimbra, e é hoje considerado o primeiro jornalista português. Escreveu em Português, castelhano e latim. Foi responsável por uma publicação da altura entre 1663 e 1666.

Outros amarantinos, também importantes participaram em várias frentes no teatro de operações que opôs o exercito português ao poderoso exercito espanhol. Recordo o capitão de cavalos, António de Mascarenhas e Queirós, senhor da casa de Morleiros e um Luís de Macedo e Cunha que combateu na frente do Minho integrado nas forças do Conde de Castelo Melhor. Todos com registo de grande valor e lealdade à Pátria.

Terminou a intervenção dizendo que "ficava em sua memória e na de muitos outros que lutaram e morreram pela Independência de Portugal, razão pela qual a data de 1 de dezembro se deve recordar, independentemente do dia ser feriado ou não".

DR. ANTÓNIO SIMÕES – BE

No uso da palavra, o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na integra:

1. Congratulamo-nos com a atribuição do prémio Teixeira de Pascoaes a Manuel António Pina, inegavelmente um nome maior da nossa literatura contemporânea. Para além disso, destacou-se pela sua intervenção cívica revelando toda a sua dimensão humanista.
2. Sr.Presidente: Quando se prevê a abertura do novo hospital na sua plenitude, ou seja, com as valências e serviços acordados com o município?
3. Finalmente e após 4 anos, acabam as obras no Arquinho. Persistem no entanto alguns problemas, entre outros o saneamento que sai pelo ribeiro das murtas.

4. Reforma Administrativa

Penso que é conhecida a nossa posição sobre esta matéria. Para nós esta não é prioridade, mas a fazer-se deveria sê-lo com ampla discussão e respeito pela vontade das populações, utilizando para tal um instrumento previsto na legislação, que são os referendos locais.

Pelo contrário, o governo resolveu começar a casa pelo telhado e vê-se o resultado na proposta da Unidade Técnica, onde facilmente se constata falta de lógica e autenticas aberrações na agregação de algumas freguesias no nosso Concelho.

SR. ANTÓNIO DUARTE – CDU

No uso da palavra, começou por alertar o senhor Presidente da Câmara para o estado de degradação que toda a zona envolvente da antiga

estação do caminho de ferro de Amarante começa a ter. Pediu uma intervenção imediata para aquela zona.

Fez de seguida uma intervenção relacionada com as últimas eleições e com o facto de vários amarantinos se terem candidatado à Assembleia da República, o que naturalmente é motivo de orgulho para a nossa gente.

Constatando um tratamento desigual entre os respetivos candidatos, provado pela cobertura que os órgãos locais deram ao Dr. Francisco Assis e Dra. Maria José Castelo Branco, ao contrário da candidata da CDU, Lurdes Monteiro e Elisa Antunes que tiveram uma atenção quase nula. De realçar que Lurdes Monteiro por mérito próprio chega a deputada da nação pela CDU. Como se isso não bastasse é também uma destacada delegada da CGTP e neste momento integra o Comité Central do PCP.

Ao ler o jornal de Amarante, deparou com o destaque deste órgão informativo que dizia: "O papel das mulheres na politica". De imediato pensou que não era justo, e por isso, não podia deixar passar em claro. Nada o move contra as duas distintas senhoras, mas a sua indignação deve-se à discriminação por demais evidente em relação aos outros partidos o que não deixa de ser um mau serviço à democracia. Não basta só falar nela. Continuou a intervenção dizendo que a justiça na politica é dar oportunidade a todos, independentemente de ser poder ou oposição. Como é que é possível, em mandato aberto da CDU, Ilda Figueiredo e Lurdes Monteiro em visita de trabalho efetuada a instituições de solidariedade social (IPSS) como por exemplo a ADESCO e a CLAP, nem um órgão de imprensa local compareceu à conferencia de imprensa devidamente divulgada? A resposta a tudo isto é mais ou menos previsível. Nós temos dificuldades em perceber como para os mesmos órgãos de informação é tão fácil chegar onde lhes "interessa". Isso é o interesse e não seguramente a democracia.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra, começou por dizer ao senhor deputado Vítor Rei que afinal o PSD está agora preocupado com a reorganização administrativa de Amarante. Todos sabem que desde a primeira hora o PS está contra a lei porque ela é má. Porque é que o Dr. Vítor Rei não pegou na proposta da Câmara e não a trouxe para ser discutida. Porque não apresentou ele uma proposta? Isto não tem nada a ver com o ato de ter havido ou não pronuncia por parte da Assembleia Municipal. Deu o exemplo da Alfandega da Fé que deu total liberdade às freguesias para se agruparem. Há neste momento muitos deputados do PSD à espera que a ANAFRE resolva o problema que o PSD criou. Há hoje, para além de Miguel Relvas, o Dr. Vítor Rei a defender a proposta. Estamos ainda a tempo de inverter o processo. O projeto de lei 30/12 fala na reorganização das freguesias. Terminou a intervenção dizendo que há 170 anos houve três tentativas para resolver um problema semelhante. Hoje ainda vamos na primeira.

DRA. ERCILIA COSTA - PS

No uso da palavra, começou por ler o artigo 15º do Regimento. O PSD usou de uma cobardia. Apenas diziam querer uma Assembleia extraordinária e trouxeram uma proposta que deu no que deu. Deviam ter-se preocupado

em discutir o assunto de forma séria, até porque o tempo tinha chegado para isso. Na gravação até se ouve o senhor Presidente da Assembleia a dizer que nada tinha a ver com o assunto, quando na devida altura devia ter exigido um documento ao seu partido para se poder discutir seriamente o assunto.

DR. VITOR BRIGA REI – PSD

No uso da palavra disse que cada um podia ter trazido uma proposta. O PS podia-o também ter feito. A Assembleia extraordinária podia ter sido realizada e nessa altura o PS podia ter dito que abdicava do valor das senhas.

Disse de seguida ao senhor deputado Professor Cândido Moreira que não era verdade que defendia a extinção das freguesias. Agora, se a lei existe tem de ser cumprida.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra, disse que a freguesia tem de ter um espaço e a Câmara outro. Pretende-se retirar competências às Câmaras e passa-las para as freguesias. O que fica a fazer um município com 5000 habitantes? Tudo isto prova que o processo da reorganização não está assente em nenhum estudo. O que se vai fazer ao pessoal que está agora ao serviço das Juntas de Freguesia?

DRA ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra referiu a recente nomeação do Diretor do Centro de Emprego do Alto Tâmega. O que se passa com o de Amarante? Afinal onde está o que foi prometido por Passos Coelho, que dizia que tudo ia ser por concursos? Só quem acompanha, como ela, os processos de nomeações é que vai vendo o que se passa.

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra, disse que a Dra. Ercília com a sua intervenção deu um mau exemplo. Parece que só agora o PS se preocupa com as nomeações, que ela entende só terem a ver com a cor do Partido e não com o currículo das pessoas.

Por sua vez a senhora deputada **ERCILIA COSTA**, usou da palavra para lhe dizer que não põe em causa as habilitações e o currículo da senhora que foi nomeada. Devia o governo preocupar-se da mesma forma com o Centro de Emprego de Amarante.

DR. VITOR REI – PSD

Usou de novo a palavra para dizer que é estranho que só agora o PS se preocupe com quem é ou não nomeado, e não tenha tido a mesma preocupação com a nomeação que foi feita em 2005, para o Hospital, logo no dia seguinte à tomada de posse.

SR. VITOR HUGO VIEIRA – PRESIDENTE DA J.F. OLIVEIRA

No uso da palavra, disse que o fim da ultima sessão da Assembleia foi bastante atribulado. Fez nessa altura uma intervenção onde solicitou que se discutisse o assunto da sua freguesia em particular. Pretendia apenas que fosse discutida e clarificada a sua posição relativamente à passagem de freguesia urbana a rural, mas nem sequer lhe deram oportunidade para isso. Podia ter sido feita essa alteração, que em nada alterava o processo.

DR. VITOR BRIGA REI – PSD

No uso da palavra referiu-se à aprovação que em tempos foi feita na Assembleia Municipal, aprovação da criação de uma plataforma eletrónica que permitia o envio da documentação a cada membro da Assembleia sem qualquer custo. Afinal o que se passa? Porque é que o processo ainda não foi posto em prática?

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara começou por responder ao senhor deputado Dr. Vítor Rei a quem disse que o memorando refere organização intermunicipal. Em lado algum se fala reorganização de freguesias. Na Europa quase não há figura administrativa de freguesia. Apenas na Galiza essa figura existe. Em Amarante, houve mão do PSD na reorganização que foi feita. No caso de Vila Meã houve alguma coerência.

O senhor Presidente disse que gostava que nestas alturas a imprensa estivesse presente para transmitir as sessões. Não estão porque não querem, pois não foi ele quem teve qualquer interferência nessa ausência. Assim, fica com a sensação que as conversas não passam da sala para fora. Ainda não estão definidas as competências para as novas freguesias, mas parece que vão fazer o mesmo que as câmaras, mas com muito menos recursos, porque as Câmaras vão atribuir muito menos dinheiro às freguesias. Esteve há pouco tempo presente numa reunião na Fundação Cupertino de Miranda, juntamente com o senhor Presidente da Junta de Aboadela, onde supostamente essas competências iam ser discutidas, mas no final dessa reunião não se passou de uma mera intenção de discussão. Todos os governos, sem exceção, têm sido centralistas. Este abusa e tem em marcha um plano para destruir o poder local.

Respondeu de seguida à senhora deputada Rita Batista, dizendo-lhe que na sua intervenção não apresentou nada de novo porque tudo o que propõe já está em orçamento.

Ao senhor deputado Engenheiro Luís Van Zeller disse que fez uma boa intervenção acerca da data do 1º de dezembro, e que em futuro congresso histórico ele vai certamente ter uma boa prestação.

Quanto ao novo hospital disse que está prevista a data de 20 de dezembro para a sua abertura. Se realmente vai abrir, vai fazê-lo com alguns problemas. Aguarda para ver o que vai acontecer.

Relativamente ao espaço envolvente da Estação de Amarante, está em negociações com a REFER, juntamente com a Câmara do Marco para que

se consiga a transferência dos edifícios, bem como toda a linha e restantes edifícios até à Livração.

Relativamente ao envio da documentação via eletrónica, disse ao senhor deputado Dr. Vítor Rei, que será certamente por falta de material informático que isso ainda não é feito. Contudo, devia ter dirigido a pergunta ao senhor Presidente da Assembleia e não a ele.

Após o período de antes da ordem do dia abriu-se a sessão ao público. Foi então dada a palavra ao senhor **ANTÓNIO ADELINO** que disse o seguinte: «aproveito a deixa do Sr. Presidente (os silêncios não contam para o tempo que lhe é destinado) para contar um episódio que se passou no Brasil em que os gogos fizeram uma petição afim do tarifário do seu telemóvel ter em conta o seu "handicap"; posto isto vamos ao que interessa; o que me traz aqui são 3 coisas: a primeira uma precisão, a segunda: um esclarecimento ou mais propriamente defesa da honra; e a terceira uma questão: Assim relativamente à precisão ela é a seguinte: na última assembleia afirmou-se que a razão da inconstitucionalidade do corte dos subsídios (férias e natal) ter a ver com a sua não universalidade (os trabalhadores do sector privado não foram abrangidos) embora sendo verdade o que pesou (dito pelo Presidente do Tribunal Constitucional) foi o facto da tributação incidir sobre o rendimento do trabalho deixando de fora o do capital e do património, de facto já para o O.E.2013 existem áreas (banco de Portugal, controladores aéreos, certas entidades reguladoras) que ficam de fora desse corte (voltando a universalidade a não se verificar). Relativamente ao esclarecimento ou defesa da honra ela prende-se com a minha alusão na última assembleia à pessoa do Senhor Presidente desta Assembleia, e quando me dirigia ao meu lugar ter sido brindado com apupos do género «o Dr. Pedro pagou bem»ou« se o Dr. for candidato tu votas nele», como digo aqueles encómios com que o brindei revestiram-se fundamentalmente dum tom irónico e sarcástico, já agora deixo o significado de ironia (s.f. figura de estilo em que se exprime o contrário do que as palavras naturalmente significam).

Relativamente à questão a colocar ao Sr. Presidente é a seguinte: como sabe sou contra a limitação de mandatos, porque entendo que o povo é soberano e quando se está a exercer o voto ninguém tem apontada uma arma para votar neste ou naquele candidato: Se esta lei (julgo que de 2005), a sua plena efectivação será 2017, ou seja, 3 mandatos que dão 12 anos a juntar a 2005+12=2017 respeitando o princípio constitucional da não retroactividade, só será aplicável a partir de 2017, não é Sr. Presidente?

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara referindo-se às palavras do orador anterior disse que também é contra a limitação de mandatos. O candidato é que deve perceber quando se deve afastar, ou então ser o partido a propor um novo candidato. O que está a acontecer é uma vigarice. Inicialmente o PS "embarcou" na ideia, mas depressa recuou. Todo este novo processo está ao contrário, sendo que a falta de ética começa realmente a ser impressionante.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – APROVAÇÃO DA ATA DE 28/09/2012

Usaram da palavra os senhores:

ENG. HENRIQUE BAPTISTA, que solicitou que na lista de presenças o seu nome fosse corrigido de Batista para **Baptista**.

De seguida usou da palavra o senhor **Presidente da Junta de Oliveira**, que solicitou também a correção ao seu nome. Onde consta Vítor Hugo Oliveira, deve constar **Vítor Hugo Vieira**. Solicitou ainda que na página 20, no texto da sua intervenção, onde se lê "...devem ser votadas e alteradas para urbanas..." deve ler-se "...devem ser votadas e alteradas para **rurais**". No mesmo texto, linha número 8, onde se lê " Por esta razão quer apresentar o pedido..." deve ler-se:"Por esta razão **quero** apresentar o pedido".

O senhor deputado **Daniel Bessa** solicitou que na página 11, no texto da sua intervenção, onde se lê "o senhor deputado Daniel Bessa, usou de novo a palavra para dizer que apenas constatou factos. Pelo que consta até parece que o negócio já está feito". Deve ler-se "o senhor deputado Daniel Bessa, usou de novo a palavra para dizer que não anda na coscuvilhice, apenas constatou factos. Pelo que consta, até parece que o negócio já está feito. **Só falta dar-lhe forma**".

Feitas as correções, passou-se de imediato à votação da ata. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES -6

VOTOS A FAVOR – 64

A ata foi ainda aprovada ainda em minuta por UNANIMIDADE.

PONTO Nº 2 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MUNICIPIO E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Relativamente a este ponto, nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DO ESPÓLIO DE TEIXEIRA DE PASCOAES.

Relativamente a este assunto, usaram da palavra os senhores:

ENG. LUIS VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra, disse que está plenamente de acordo com tudo que seja comprar espólio que enriqueça a história de Amarante. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se já há uma ideia do destino a dar a tão importante acervo. Que destino lhe vai ser dado? Onde param as peças de

cerâmica que em tempos estiveram nos claustros do museu?. Onde para o espólio do General Silveira que em tempos esteve patente numa exposição? Esperemos que a este lhe seja dado o devido destaque.

DR. ADRIANO SANTOS – CDS-PP

No uso da palavra, o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“Tomei conhecimento, com satisfação, que como deputado da Assembleia Municipal e portanto como um modesto representante dos meus concidadãos amarantinos seria chamado a pronunciar-me, em nome do CDS-Partido Popular, sobre a aquisição do "Espolio de Teixeira de Pascoaes". Sinto-me honrado por poder aqui e agora dizer que o CDS-Partido Popular apoia, sem qualquer reserva, a aquisição pelo município do "Espolio de Teixeira de Pascoaes", acrescentando ainda que esta é, sem sombra de dúvida, uma boa notícia para Amarante.

Permitam-me dizer que a minha avó Emília foi uma leal serviçal da casa de Pascoaes e por isso, ao longo da minha juventude, habituei-me a ouvir o nome e as histórias do Dr. Joaquim - era assim que a minha avó materna se referia a Teixeira de Pascoaes.

Esta aquisição não se resume ao espólio literário, propriamente dito, de Teixeira de Pascoaes; efetivamente o conjunto global do espólio é, além de terreno fértil para a continuação do estudo da obra do poeta, também uma incursão pelo quotidiano e hábitos do Dr. Joaquim, o homem nostálgico, introvertido, sensível e contemplativo.

Com a aquisição do espólio o "O Poeta" vai deixar o conforto da "Casa de Pascoaes" e, assim queiram os estudiosos, dar a conhecer o Dr. Joaquim, o homem comum.

Sr. Presidente Dr. Armindo Abreu

O Sr. sabe que, como Presidente da Câmara, tem nas mãos a totalidade do espólio material e imaterial, atenta a proposta de aquisição, da personalidade intelectual, a par com Fernando Pessoa, mais importante do Sec. XX. Isto acarreta ao município responsabilidades acrescidas, que eu sei que V. Excia. não enjeita, e assim sendo tão valioso espólio reclamará um centro cultural, uma casa museu, que homenageará "O Poeta".

Isto para dizer que a obra não poderá ficar fechada em caixotes na biblioteca como presumo que está a acontecer com outros espólios, como por exemplo do poeta Augusto Casimiro dos Santos.

A aquisição do "Espolio de Teixeira de Pascoaes" é no entanto, por si só, um acontecimento positivo que vem fazer mitigar outros que dividem opiniões.

Hoje o momento é de regozijo e como tal o CDS/Partido Popular votará, como de início afirmei, favoravelmente a aquisição do espólio do Poeta Teixeira de Pascoaes. ”

PROF. JORGE MEDEIROS PINTO –PS

No uso da palavra começou por dizer que não iria perguntar ao senhor Presidente que destino ia dar ao espólio de Pascoaes. Admira, isso sim a sensibilidade com que sempre o senhor Presidente lida com as questões da

cultura. Foi com ele a Presidente da Câmara que se instituiu o Prémio Teixeira de Pascoaes, que tão importante tem sido para Amarante. De referir o quanto é importante adquirir este espólio numa altura em que todos sabemos que os tempos económicos estão difíceis. Isto só prova uma boa gestão.

Regista ainda com apreço a disponibilidade da família Pascoaes, que em primeiro lugar se preocupou que o espólio ficasse em Amarante. Bem hajam pela nobreza da decisão.

Usou de seguida a palavra o senhor Presidente da Câmara que disse que ficava sensibilizado com a unanimidade para a aquisição do espólio de Pascoaes. Era importante fazê-lo, até porque os primeiros interessados foram a Fundação Cupertino de Miranda. O destino a dar a esta coleção é o mesmo que tem sido dado a muitas outras. Vai ser alvo de uma limpeza, e catalogação e posteriormente irá ser exposto para que possa ser apreciado. Há algumas peças de mobiliário que irão ser conservadas antes de serem guardadas mas mais tarde serem expostas. O nosso museu está a ser constantemente valorizado e hoje já não grande espaço para expor tudo o que existe em reserva. Vão-se substituindo umas coleções por outras. Quanto às peças de cerâmica que o senhor Engenheiro Van Zeller refere, disse-lhe que irão ser de novo expostas, aguardando só que todo aquele espaço sofra obras de melhoramento, com a colocação de vidros em toda a área dos claustros, de modo a preservar todas as peças. Pensa que isso será feito no próximo ano.

Concluída a discussão deste ponto da ordem de trabalhos. Passou-se de imediato à votação. Dessa votação resultou a **aprovação por UNANIMIDADE.**

Nesta altura dos trabalhos, o senhor Presidente da Câmara solicitou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que, se fosse do consenso de todos, se alterasse a ordem de trabalhos para que de imediato se pudesse discutir o ponto agora agendado em 6º lugar, uma vez que se encontravam presentes os senhores Diretores da Aguas de Noroeste que dariam todas as explicações necessárias acerca do assunto que se ia discutir.

Como ninguém se opôs, passou-se de imediato à discussão do PONTO Nº 6, que passou a constar na ordem de trabalhos como PONTO Nº 4. Foi então dada a palavra ao senhor **Engenheiro Martins Soares**, representante da Empresa Pública Águas do Noroeste, que começou por dizer que já acerca de um ano o assunto que hoje se vai discutir tinha vindo à Assembleia Municipal e achava que já tinham sido dadas nessa altura todas as explicações. Este novo agendamento prende-se com o facto de ter mudado o governo, a legislação e ainda a saída de 4 municípios do agrupamento. Hoje apenas são 10 os constituintes da futura parceria pública-pública. Os objetivos mantêm-se. Neste momento é importante que se dê andamento ao processo porque há prazos a cumprir. Há uma verba do QREN, de 50 milhões para este projeto que se pode perder se atrasarmos o processo. Dessa verba Amarante receberá cerca de 6,5 milhões de euros, montante que já adiantou para a obra que já se encontra executada, e que fazia parte da candidatura ao QREN. Em virtude das alterações da legislação a empresa irá também efetuar o abastecimento em baixa.

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra perguntou qual o investimento no saneamento e qual a taxa de cobertura depois deste investimento? Qual o valor da taxa de disponibilidade e como é que vai ser aplicado.

ENG. MARTINS SOARES – ÁGUAS DO NOROESTE

No uso da palavra disse que os investimentos em Amarante serão até ao ano de 2020 de cerca de 14,5 milhões de euros, o que levará a que a taxa de cobertura seja nessa altura de 80/90%, sendo sabido que neste momento é já de cerca de 79%. A partir dessa altura será instituída uma taxa de valor fixo para a ligação à rede de água pública e saneamento que se cifra em aproximadamente os 4,5 euros num período de convergência até 5 anos, o que se verificará em meados de 2017.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, disse que em 2020 as coberturas serão muito maiores. A convergência de valores vai ser obrigatória para todo o país. A ERSAR, recomenda estes novos valores. Se não aderíssemos a esta empresa teríamos também de pagar estas taxas. Por um critério de justiça parece-lhe correto que quem já pagou as ligações à rede de água e saneamento seja ressarcido dos valores que então pagou.

PROF. JORGE PINTO – PS

No uso da palavra, perguntou o que é que iria acontecer aos funcionários afetos à Divisão de Águas e Saneamento? O valor investido pela Câmara foi de cerca de 6 milhões de euros. Quando é que será feito esse reembolso?

ENG. MARTINS SOARES – ÁGUAS DO NOROESTE

Respondendo às questões que anteriormente lhe foram colocadas, disse que a transferência dos funcionários é voluntária. Provavelmente, alguns irão sendo certo que ficarão na mesma sedeados em Amarante, uma vez que ficará em Amarante uma das sedes da empresa.

Os que forem transferidos, irão trabalhar mais 5 horas por semana, para além das 35 que agora fazem, sendo essas horas pagas como trabalho extraordinário. Já foram iniciadas conversações com o STAL para em comum serem estudadas as regras para a transferência. De realçar ainda que os trabalhadores não perderão qualquer regalia. As Câmaras envolvidas ficam na mesma com os lugares no quadro para colmatar possíveis regressos de alguns funcionários que o queiram fazer.

Continuou a intervenção dizendo que até 31 de dezembro os 10 municípios envolvidos terão de concluir o processo de adesão. A partir dessa adesão o processo seguirá os trâmites normais.

Quando à devolução da verba já investida pelo município e se tudo correr dentro dos prazos normais. Será feita a transferência em meados de março de 2013.

Disse estar também previsto um tarifário para famílias numerosas e para famílias de baixos rendimentos económicos. A empresa comprometeu-se ainda a fazer da cobrança da taxa de saneamento e resíduos sólidos e devolver o dinheiro à Câmara, uma vez que será emitida uma fatura única.

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra perguntou qual vai ser o preço do metro cúbico da água para Amarante a partir de 2014? Vão haver diferenças entre os municípios que só tem taxa de lixo e não tem água? Que garantias há para os funcionários sabendo-se que vai haver excesso?

ENG. MARTINS SOARES – AGUAS DO NOROESTE

Logo que a parceria esteja concluída, será criada uma taxa adicional fixa de 4€ para cada serviço, taxa esta a implementar ao longo de 5 anos. Para um consumidor que gaste na casa dos 10 m³, o aumento na fatura não irá muito para além dos 2 euros. O preço dos ramais será gratuito até aos 20 metros. A partir dessa distância será o consumidor a suportar a despesa de acordo com a tabela de preços existente na altura.

Como já anteriormente havia referido, um dos centros operacionais ficará em Amarante. Será aberta ainda em cada município aderente uma loja comercial.

Quanto aos trabalhadores, disse que não serão dispensados. O modelo da empresa prevê essa situação. Só serão dispensados por vontade própria ou por aposentaçãõ.

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra disse que o novo tarifário vai onerar em muito a fatura, uma vez que a cobrança de 4 euros por cada serviço, mais o consumo mensal, levará a que o valor mensal a faturar seja nessa altura muito diferente daquilo que é hoje. Será que muitos consumidores irão suportar esses valores?

ENG. MARTINS SOARES – AGUAS DO NOROESTE

No uso da palavra, disse ao senhor deputado, que não há muita a volta a dar. A ERSAR impoe novos tarifários. As pessoas terão de pagar os serviços que usufruem. Os casos sociais mais graves vão ser tidos em conta. Para esses serão criadas tarifas especiais. Neste momento e perante o que já está definido não há outra forma de resolver o problema.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

O senhor Presidente da Câmara usou de novo a palavra para dizer que a taxa de aluguer de contador que até agora se pagava, não era mais que

uma taxa de disponibilidade. Acabou, entretanto por força da lei. A convergência dos nos valores dar-se-á em 2017. O estado foi quem impôs estas novas tarifas e por isso os 4 sistemas instalados em Portugal ficarão ao mesmo nível no que a isso diz respeito. O litoral não quis aderir e já não quis que Amarante entrasse nas Águas do Douro e Paiva, porque tiveram medo que Amarante, com menos densidade populacional onerasse os custos do sistema. Agora, quem beneficia dos serviços vai ter de os pagar.

DR. VITOR REI – PSD

Perguntou como é que vai ser resolvido o problema das águas sobrantes. O que vai acontecer a essas minas e furos que estão abertos?

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse ao orador anterior que numa primeira fase, quer as minas quer os furos ficarão tal e qual estão. A desativação será efetuada caso a caso, até porque a ligação à rede pública de abastecimento de água passa a ser obrigatória.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto da ordem de trabalhos. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES - 17

VOTOS A FAVOR – 58

Os documentos foram ainda aprovados em minuta por UNANIMIDADE, para produzirem efeitos imediatos.

PONTO Nº 5 – ANÁLISE. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2013 E RESPETIVOS ANEXOS (ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA, PPI, GOP'S E MAPA DE PESSOAL)

Relativamente a este ponto usaram da palavra os senhores:

DR. VITOR BRIGA REI – PSD

No uso da palavra, o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“Chega novamente a hora de nos debruçarmos sobre aquele que deveria ser o documento mais importante do ano numa gestão municipal, a análise, discussão e votação dos documentos previsionais para o ano que se segue. Ora, como habitual em Amarante, quase nada de novo nos é trazido:

- Convém salientar que, após tantos anos de insistência do PSD Amarante, parece que é desta que o projeto das Caldas das Murtas avança.
- Além desta novidade, nada de inovador relativamente ao documento dos anos anteriores, este documento é uma cópia, com algumas alterações, daquilo que nos foi apresentado nos anos transatos, com certas dotações orçamentais que aparecem só para que todas as rubricas se mantenham abertas por forma a permitir transferências de dotações entre rubricas que

permitam receber e gastar mediante as conveniências, numa clara falta de estratégia orçamental que já vem sendo denunciada pelo PSD ao longo dos anos anteriores.

- É bom lembrar que em 2009, na discussão dos documentos previsionais relativos ao ano 2010, o PSD se insurgiu contra a não atribuição de protocolos às Juntas de Freguesia e apresentou propostas concretas para que a atribuição do valor dos protocolos fosse feita de forma justa entre todas as Juntas de Freguesia. Ora, a rubrica relativa aos protocolos existe, mas continua a saltar à vista a falta de critérios justos e claros que fundamentem essa atribuição.

- Relativamente aos desporto, não podemos deixar de notar o constante adiamento dos campos de treino do Amarante Futebol Clube e do Atlético de Vila Meã, contrariando inteiramente aquilo que o Partido Socialista tem dito ao longo dos anos anteriores acerca da culpa do PSD na falta destas requalificações, aquilo que falta é planeamento estratégico por parte da gestão socialista ao longo de mais de duas décadas e que tem levado o concelho a uma estagnação constante em toda a linha. Amarante ficou, literalmente, a ver o passar o comboio.

- Veja-se a dotação orçamental quanto à rubrica do apoio à instalação de unidades industriais no concelho de Amarante, com 5.000€ de dotação orçamental para todo o ano 2013. No contexto económico em que vivemos, com os concelhos vizinhos a centrar a sua atenção na luta pela atração de investimento de novas empresas para o município, esta dotação e esta imobilidade só é compreensível num município onde uma Câmara Municipal demora 15 anos a perceber que, no âmbito de uma geminação com uma cidade estrangeira, neste caso a de Achères, é necessário criar uma plataforma que permita auxiliar as trocas e intercâmbios económicos entre as empresas de ambos os territórios geminados.

- No que às Grandes Opções do Plano diz respeito, mais grave ainda é este documento. Ultrapassando a questão da falta de visão estratégica para o futuro, que ao longo de todos estes anos se tem verificado e este ano não é exceção, verificamos que os o montante dos investimentos previstos para ao ano 2014 é superior à previsão para o ano 2013 em mais de 7 milhões de Euros, o que além de nos fazer desconfiar destas GOP, nos leva mesmo a afirmar que este documento marca o arranque da campanha eleitoral 2013 para o Partido Socialista. Numa verificação mais exaustiva, verificamos que para o ano 2014, ano em que este executivo nem sequer já governará a Câmara Municipal, foram incluídas grande parte das obras necessárias nas freguesias e que já tinham sido prometidas pelo PS na campanha de 2009 e mesmo até nas anteriores campanhas eleitorais. Isto é inadmissível.

Por tudo o que aqui ficou dito, os deputados do Grupo Municipal do PSD votarão contra a aprovação destes documentos previsionais, conferindo liberdade de voto aos seus Presidentes de Junta de Freguesia”.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra disse que o país vai definhando dia a dia. Mais uma vez a oposição faz o mesmo discurso que sempre tem feito relativamente aos Documentos Previsionais. O Governo continua com as políticas de austeridade e anuncia medidas duras para 2013. Não sabe ainda o que dizer

para 2014, porque está tudo muito sombrio. Apesar de todas estas contrariedades, a Câmara soube elaborar um programa e um plano financeiro tendo em conta todas estas adversidades. Continua a pagar aos fornecedores a 30 dias. O PSD em vez de preocupar-se com as obras que ainda não estão executadas, devia em primeiro lugar preocupar-se com o rigor e a boa gestão que tem sido feita pelo Executivo Municipal. Deviam era estar preocupados com as taxas que diariamente o governo quer impor aos cidadãos. Isso sim é muito preocupante. Terminou a intervenção, dizendo ao senhor Presidente que podia contar com o apoio da bancada do Partido Socialista.

DR. ADRIANO SANTOS – CDS-PP

Relativamente a este ponto, o senhor Deputado fez a seguinte intervenção:

"O Orçamento e as GOP,s integram a estrutura do planeamento económico e social da autarquia e fundamentam a orientação estratégica da política de desenvolvimento económico e social do Município para um determinado período.

O CDS/PP após ler os documentos antecipa desde já o discurso do executivo que entronca "no caminho da poupança e da redução da despesa corrente", acrescentando porém que apesar dos constrangimentos financeiros nacionais "não implica, necessariamente, que tenhamos de compensar esta diminuição de receita com aumentos de taxas e preços resultantes da prestação de serviços", isto só possível porque a saúde financeira da autarquia assim o permite.

Posto isto acrescentando que o orçamento é um documento sustentável e sustentado naqueles objetivos de gestão, sempre direi que gerir um concelho não é o mesmo que construir um concelho. O primeiro é competência de gestores o segundo é um trabalho coletivo.

Para construir um concelho o executivo camarário é a face visível para indicar o caminho traçando objetivos, e também o impulsionador do trabalho desenvolvido por outros. É o que se poderá chamar a argamassa que permite que o esforço de muitas partes produza um resultado final.

Já sei que V. Excia dirá que o Município não se pode substituir aos privados... estamos de acordo. É certo que seria insustentável e economicamente inviável, mas não é disso que falamos!

Após verificar os documentos afirmo que não existe uma estratégia de desenvolvimento para o concelho, nem elementos que nos permita dizer que o executivo é argamassa de um número indeterminado de esforços tendente ao desenvolvimento.

É indiscutível que os momentos que vivemos são, a todos os níveis, de uma exigência extrema, assim como é inquestionável que são nestes momentos que se distinguem as obras e os políticos.

Sr. Presidente V. Excia sabe perfeitamente a importância do documento que apresenta; sabe que, para além dos números, deve constituir um sinal forte, um facto político, que permita influenciar decisões a nível de investimento, por exemplo e contribuir com esperança.

Como considero que os documentos apresentados não passam de documentos de pura gestão e, portanto, sem quaisquer objetivos políticos, a não

ser os das próximas eleições autárquicas, o CDS/Partido Popular, continuando à espera de melhor, opta pela abstenção.”

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND

No uso da palavra, o senhor deputado começou por enaltecer a forma elevada como o senhor Presidente da Assembleia tem dirigido os trabalhos. De seguida fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“A política autárquica é mais exigente do que uma gestão de qualquer interesse associativo ou recreativo, e por isso entendo e toda a gente sabe que há outros instrumentos que são fundamentais à definição do desenvolvimento de uma comunidade de uma autarquia e de um povo, que são a base sustentacular das opções prioritárias para um concelho.

Desde o princípio que sou discordante das linhas programáticas avulsas que o Partido Socialista implementa na gestão do Município. E todos os Amarantinos sabem disto. E é neste âmbito, na medida em que está completamente arredada da opção política autárquica o investimento naquilo que é essencial, e que é também a grande lacuna e a grande falha deste Executivo Socialista, que é a definição das medidas de desenvolvimento e a sua consensualização na sociedade. Sem que percebam aquilo que é fundamental, ou seja, seguir um outro paradigma em que tenha e estejam patentes na sua expressão as diferenças do que ambos defendem, tanto merece a crítica quem está no poder, como quem está na oposição, isto é, sem compromissos com o planeamento, todas as medidas que nos surgem em proposição e em contradição, são todas elas resultantes de um voluntarismo incipiente, sem visão estratégica e prospetiva do nosso futuro coletivo, fazendo prova cabal da **falta de conhecimento dos dossiers**, e de quem tem **uma fingida visão** do que deve constituir a intervenção e ação política de âmbito municipal.

Se assim não fosse, a limitação temporal das G.O.P. (Grandes Opções do Plano), não seria interrompida por qualquer ato eleitoral e de mudança conjuntural que daí possa advir, a dar conta de uma metodologia de “governança à vista”; mas teríamos o contexto propício para a clarificação do que seria o concelho, os seus programas de ação e os seus planos de investimento, independentemente de quem circunstancialmente, ao serviço de todos exerce funções políticas na autarquia. A omissão é resultante da inação e conduz a uma leitura que não se compadece com a responsabilidade dos eleitos. Há pois necessidade de se materializar o que se promete, o que se propõe e o que se defende.

É neste contexto que a crítica ganha mais sentido e fundamento.

Mesmo perspetivando ser “tridente ou trividente”, não basta dizer que se conhece os dossiers, que se tem a máquina montada, e que se conhece o terreno. Qualquer taxista no desempenho da sua nobre profissão, o conhecerá melhor; ou em alternativa, com suporte nas novas tecnologias ao alcance de um LINK qualquer G.P.S. nos levará aos lugares mais recônditos do mundo.

Para as duas vias político-partidárias com assento no Executivo Amarantino, P.S. e este atual P.S.D., afinal, no que é que se fundamentam as diferenças:

- Nas causas, nas abordagens, nas propostas de solução ou nas atividades?

De facto, na minha perspetiva as grandes diferenças estão apenas nos pequenos pormenores de circunstância.

Onde está, Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Sr. Presidente da Câmara Municipal, a proposta alternativa da oposição ao documento aqui apresentado pela Ex.ma Câmara, para a discussão?

Há mais de um século, Eça de Queirós dizia:

(...) A história é como uma velhota, que se repete sem cessar!

Se é certo que essa é a tendência para que se repitam sempre outra pegada, por mim, em consciência a história não se repetirá!

Como tantos outros já no passado (ao longo de 24 anos de gestão Socialista) devia constituir este momento, a ocasião e o local próprio para este P.S.D. estabelecer as diferenças quanto aos métodos de fazer política, quanto ao conhecimento efetivo (plasmado em propostas concretas) das diferenças que deveriam surgir neste contexto, por uma oposição que também é responsável por criar a alternativa.

Assim sendo, perante a falta de propostas que permitam suprimir estas lacunas de que enfermam as G.O.P apresentadas a esta Assembleia, para que a mesma se pronuncie, mereciam da minha parte enquanto deputado eleito democraticamente e que publicamente e plasmadas em suporte jornalístico e audiovisual, já expressou a sua linha de orientação para o concelho, dizia eu, mereciam da minha parte o voto contra.

Contudo porque este é o último mandato em que as Grandes Opções do Plano serão apresentadas por este Executivo, e o mesmo demonstra uma lógica de não comprometimento da gestão de recursos, quando sabe que essa linha vai ser interrompida em eleições a ocorrer em 2013, ato que só por si demonstra uma postura de todo louvável por parte do Executivo Socialista ao não comprometer a autarquia para além do tempo de validade deste mandato, ao contrário de outros, que vêm neste ato razão bastante para o voto contra das G.O.P, **o meu voto irá no sentido da abstenção.**"

SR. ANTONIO DUARTE – CDU

No uso da palavra, o senhor deputado disse que não se pode falar em grande opções do Plano porque as receitas do governo são cada vez menores, o que compromete toda a programação para a gestão do município. Contudo, também não havia a necessidade de inflacionar tanto o Plano. Há obras que já constam há vários anos e que certamente nunca irão ser realizadas. Os arrelvamento dos campos de futebol do Amarante continuam adiados. É tempo de acelerar esta obra, porque há já miúdos que estão a fugir para clubes com melhores condições.

Destacou a recuperação do Amarante Cine-Teatro que será certamente uma boa obra. Os investimentos na Rota do Românico têm dados os seus frutos. Apesar de tudo isto e tendo em conta o que se fez de bom e o que não se fez, o seu voto vai no sentido da abstenção.

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra, referiu-se às palavras da Dra. Ercília Costa, para dizer que não é difícil pagar a 30 dias em Amarante. Uma vez que não se investe, tem de haver dinheiro. Também não é pelo facto de se cobrar ou

não derrama que faz com que empresas se fixem em Amarante. O problema não está aí.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra, começou por dizer que o senhor engenheiro Henrique Baptista, fez um discurso que mais parecia uma bela peça literária, embora o conteúdo não seja muito perceptível.

O Dr. Vítor Rei aponta duas razões para que a sua bancada vote contra. A primeira é que não há plano estratégico. A segunda é que não há apoios nem condições para a instalação de novas empresas. Mas afinal o que é que é bom para Amarante em termos estratégicos? Todos sabemos que existem pelo país muitas zonas industriais vazias e que custaram muito dinheiro. Não são essas as razões que levam a que não se instalem novas empresas e o senhor deputado sabe-o muito bem.

Continuou a intervenção dizendo que quem faz orçamentos tem imensas dificuldades. Um orçamento municipal não pode ser do tipo familiar. Tem de ser muito diferente. O Orçamento agora apresentado foi elaborado tendo como base o programa eleitoral do PS. A oposição devia estar satisfeita pelo facto de a Câmara ter ainda a disponibilidade financeira que tem, que lhe permite apresentar da forma que apresenta, os documentos que hoje analisamos.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra disse que a oposição devia realçar o facto de em Amarante se aplicarem sempre as taxas mínimas. Deviam compara-las às de Paços de Ferreira, Valongo, Paredes, Vila Nova de Gaia etc. Há ainda muitos outros municípios que envergonham o país com as taxas que aplicam.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se ao período de respostas e esclarecimentos por parte do senhor Presidente da Câmara.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, começou por questionar os senhores deputados que puseram em causa, talvez por ignorância, a falta de estratégia e planeamento perguntando-lhes se o abastecimento de água e saneamento não tem tido plano? Atividades culturais também não têm sido planeadas? A recuperação do Museu não foi planeada? A abertura de estradas e o arranjo de outras não tem sido planeado? No desporto, a construção e o arranjo de equipamentos não foi também planeado? Afinal que tem dado andamento às obras das Caldas das Murtas?

Perguntou ao senhor deputado Dr. Vítor Rei se ele achava que apoiar a indústria é dar-lhe dinheiro? Isentá-las de taxas, não criando, por exemplo, a derrama, não é a melhor solução?

Terminou, dizendo que não tem medo de comparar o município de Amarante com qualquer outro município, muito menos com o Município referência do PSD que é Paços de Ferreira.

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND

No uso da palavra disse que nunca viu ao longo das Assembleias de que fez parte como membro, ouvir o senhor Presidente da Câmara dirigir-se aos senhores deputados da forma que agora o faz. Não estamos no café nem numa qualquer reunião e aqui as pessoas são os senhores deputados e os senhores Presidentes de Junta.

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra, disse que na sua intervenção não falou em ignorância. O senhor Presidente da Câmara não o conhece ao ponto de lhe chamar ignorante. Pediu-lhe mais respeito por todos os membros da Assembleia.

Por sua vez, o senhor **PRESIDENTE DA CAMARA**, usou de novo a palavra para dizer que nunca tratou mal ninguém, nem será nunca essa a sua intenção. Apenas usa algum tratamento de proximidade aos membros da Assembleia, mas se assim querem passará a tratar todos por V. Exas e Vossa Senhoria. Contudo se assim o tratassem sentir-se-ia ofendido.

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – IND

No uso da palavra disse que nunca viu em nenhuma Assembleia, incluindo a Assembleia da República, os membros serem tratados da forma que o são em Amarante pelo senhor Presidente da Câmara. Ele, acima de qualquer um devia contribuir para a elevação do debate.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, referiu-se às palavras do orador anterior, dizendo-lhe que também devia ter chamado a atenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal pela forma como trata alguns dos membros da bancada do PSD, chamando, por exemplo o senhor deputado Dr. Vítor rei, apenas por Vítor. Também não eleva em nada o debate.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto da ordem de trabalhos. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA - 17
ABSTENÇÕES - 4
VOTOS A FAVOR - 57

Os Documentos Previsionais foram ainda votados em minuta, por UNANIMIDADE.

PONTO Nº 6 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM

Usaram da palavra os senhores:

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra disse que não há necessidade de manter esta taxa, até para minimizar o esforço financeiro das pessoas. Vão abster-se

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CAMARA

Não é pelo facto de existir uma ou outra taxa que os eleitores deixam de votar no PS. Se o PS dependesse disso certamente não taxaria nem criaria qualquer imposto. O imposto que mais "dói" é o IMI, receita muito importante para o município, mas que mesmo assim está nos valores mínimos. A taxa cobrada pela recolha de lixo mal dá para pagar os custos do transporte e tratamento em aterro. Está a ser feita uma boa gestão por forma a evitar prejuízos. O valor cobrado pela TDP, é de apenas 16.000 euros, o que não passa de um pequeno contributo que em nada interfere na via financeira de quem o paga.

Como não havia mais inscrições para o uso da palavra, passou-se de imediato à votação. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 1

ABSTENÇÕES – 17

VOTOS A FAVOR – 53

O documento foi ainda aprovado em minuta por UNANIMIDADE para produzir efeitos imediatos. O senhor deputado **DR. NORTE SIMÕES, do BE** fez uma declaração de voto que a seguir se transcreve:

**Declaração de voto
(Taxa Municipal de direitos de passagem)**

O B.E. vota contra a aprovação desta taxa pelas razões seguintes:

1. Esta taxa que supostamente deveria ser suportada pelas empresas beneficiárias, recai sobre o consumidor final;
2. Ao que parece a cobrança desta taxa não tem grande impacto financeiro nas contas do Município;
3. Na situação de crise económica e social que atravessamos tudo o que possa fazer-se para aliviar os munícipes será importante, como aliás a própria Câmara reconhece no documento das Opções do Plano que nos foi remetido para apreciação nesta Assembleia.

**PONTO Nº 7 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DA
ESTRUTURA ORGÂNICA À LEI 49/2012 – REORGANIZAÇÃO DOS
SERVIÇOS**

Relativamente a este ponto, não houve nenhum senhor deputado que se inscrevesse para usar da palavra. Foi então dada ao senhor **PRESIDENTE DA CAMARA** que disse que esperava que a lei seja anulada em 2014. A vinda hoje aqui deste documento apenas decorre de mais uma lei das muitas que a esmo têm sido feitas. É mais um ataque às autarquias e

se tudo isto se mantiver, a muito curto prazo os Presidentes de Câmara e Vereadores irão passar va ser meros capatazes do sistema.

Procedeu-se de seguida à votação. O documento foi aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em minuta por **UNANIMIDADE**.

Como não havia mais nenhum ponto para discutir que constasse na ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia, deu por encerrados os trabalhos quando eram zero horas e quarenta e cinco minutos. Da reunião foi lavra da a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo senhor Presidente e os seus Secretários.

O PRESIDENTE_____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO_____

O SEGUNDO SECRETÁRIO_____